

# Newton repele plebiscito sobre parlamentarismo

BELO HORIZONTE — Na reunião dos governadores do Centro-Sul, amanhã, em Florianópolis, o Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, votará contra a realização do plebiscito sobre o sistema de Governo, sugerido por Moreira Franco. Ontem, Newton apresentou suas razões: acha que a consulta popular custará muito caro, vai tumultuar as eleições municipais de 88 e será desnecessária porque, em sua opinião, o parlamentarismo não será instituído pela nova Constituição.

Ele quer que os dez governadores e dois vice-governadores analisem em profundidade as novas medidas econômicas e seus efeitos nos Estados, e vai propor a elaboração de um documento de protesto ao que chama de "intervenção" nos Estados, uma vez que a regulamentação dada pelo Banco Central às medidas de contenção do déficit público praticamente imobiliza os Governos estaduais.

Para Newton, o novo plano do Ministro Bresser Pereira é "recessivo, anti-democrático e inconstitucional", porque proíbe os Estados de realizarem operações financeiras com outros bancos e emitirem títulos públicos, além de interferir no BNDES. Segundo ele, os Estados ficarão sem condições nem mesmo de pagar o funcionalismo.

— É um plano ditatorial, interfere em tudo e eu vou usar da minha amizade com o Presidente Sarney para rever os pontos que considero inconstitucionais — disse.

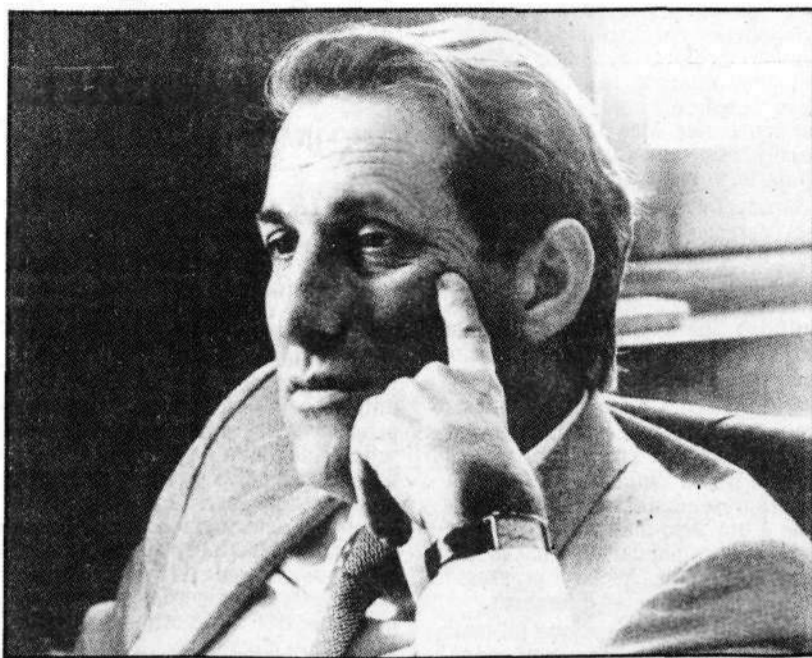
Já o Governador de São Paulo, Orestes Quéricia, revelou que o Presidente José Sarney, com quem conversou ontem, lhe disse que deseja que a futura Constituição seja submetida a um plebiscito por inteiro. Com isso, haveria o compromisso popular com a nova Carta. Segundo Quéricia, Sarney afirmou que apóia o plebiscito, qualquer que seja o sistema de Governo proposto.

Quéricia disse ter sentido o otimismo do Presidente com relação à manutenção do presidencialismo e acrescentou que não houve qualquer pedido dele para que os governadores manifestem apoio aquele sistema.

Na verdade, de acordo com Quéricia, a maioria desses governadores é favorável à manutenção do presidencialismo e, portanto, apóia a posição do Presidente. Há, entretanto, divergências e elas serão debatidas para que, ao final do encontro, eles tomem uma posição conjunta e façam uma proposta objetiva de atuação política junto aos constituintes.

A proposta de plebiscito sobre toda a futura Constituição tem o apoio do Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon:

— Nessa, casualmente, "fecho"



Quéricia conta que Sarney quer plebiscito, mas sobre toda a Constituição

com o Sarney — ironizou Simon.

Simon é contra a proposta de Moreira Franco, de uma consulta apenas sobre o sistema de Governo. Para ele, a Constituinte foi eleita com todo o poder para elaborar a Constituição e, portanto, não vê a necessidade de uma consulta popular.

— Ou se faz um plebiscito para tudo ou então aceitamos o trabalho dos constituintes — opinou.

Ardoroso defensor do parlamentarismo, Simon está disposto a fazer contatos e articulações para que este sistema de Governo seja vitorioso na Constituinte. Admitindo que a tendência majoritária dos parlamentares pelo parlamentarismo pode estar sendo solapada pelas pressões do Governo federal e de candidatos potenciais à Presidência, vai procurar reverter essa posição com lideranças do PMDB e de outros partidos.

Embora desconfiando do "rendimento prático dessas iniciativas", o Governador do Paraná, Alvaro Dias, confirmou que participará do encontro de amanhã, disposto a defender o plebiscito sobre o parlamentarismo e a reforma tributária.

Sobre as medidas de contenção do déficit, o Governador do Paraná tem críticas que deseja ver endossadas pelos demais governadores:

— Devemos firmar posição no sentido de coibir os gastos desnecessários, ou onde houver desperdícios. Mas é importante manter os programas sociais ou os investimentos com retorno assegurado a médio e curto prazo, mesmo que impliquem endividamento — disse ele.

Ontem pela manhã, Alvaro Dias

reuniu seu Secretariado para discutir como compatibilizar os investimentos do Estado depois dos cortes efetuados pelo Governo federal. Pediu a cada Secretário que o programa de execução de obras seja revisito, estabelecendo prioridades com cronogramas dilatados e, em alguns casos, a paralisação de trabalhos. O Governador informou que a arrecadação do Estado, que havia se recuperado nos meses de junho e julho, demonstra uma tendência de queda e há possibilidade de déficit nos últimos quatro meses do ano.

Contrário a qualquer plebiscito — para que o povo se pronuncie sobre a nova Constituição ou apenas para fazer a opção entre presidencialismo e parlamentarismo — o Governador da Bahia, Waldir Pires, questionou:

— Se o povo recusar a validade da nova Constituição, que texto ficará vigindo? A Constituição feita pela Junta Militar? E, neste caso, quem elaborará uma nova Constituição? O Congresso será dissolvido para que se convoque uma nova Constituinte? Quem convocará essa nova Constituinte? O Presidente da República, que não tem voto popular? Haverá legitimidade na elaboração de uma nova Constituição se os atuais constituintes decidirem permanecer investidos no mandato?

O plebiscito e os cortes de investimentos decretados pelo Governo federal são os dois temas principais de amanhã, em Florianópolis. Por mais que o Governador Pedro Ivo, anfitrião, quisesse limitar a pauta, deverão ser abordados vários assuntos ligados à Constituinte.

## Impossível

O SECRETÁRIO de Imprensa do Palácio do Planalto informa que o Presidente Sarney só concorda com um plebiscito se a consulta for sobre todo o texto da nova Constituição.

SÓ HÁ uma leitura para essa disposição: o Presidente não deseja plebiscito algum, já que não há qualquer sentido em seu ouvir o eleitorado sobre algo tão complexo quanto uma Constituição inteira. Nos poucos casos em que é recomendável, o plebiscito envolve apenas uma opção, sobre questão de fácil compreensão. Sem preencher essas condições, a consulta carece de legitimidade e eficácia.

SUBMETTER a nova Carta a um referendo popular, além disso, significaria levantar suspeição contra o mandato recebido pela Constituinte. Mais que isso: contra o próprio voto popular que a elegeu.

DO MESMO modo, carece de sentido a idéia de um plebiscito apenas sobre o dilema parlamentarismo-presidencialismo, já que pesquisas recentes demonstraram que a grande maioria do povo brasileiro não tem a mais remota idéia do que seja uma coisa ou outra. Esse mesmo tipo de impostura plebiscitária já mergulhou o País, há um quarto de século, na mais traumática das suas crises políticas, cujos efeitos de certa forma perduram até hoje.

## Movimento é visto como forma de influenciar decisões da Constituinte

BRASÍLIA — Uma forma de influir não apenas nos passos da Constituinte e nas principais questões da conjuntura nacional, mas também de ter em mãos a definição última da nova Carta brasileira. Assim vem sendo interpretada no Congresso a pregação feita pelos Governadores em favor da realização de plebiscitos para decidir esta ou aquela questão a ser aprovada pela Constituinte.

Um tanto silenciosos nos últimos tempos, os Governadores voltam à cena de mãos dadas com o Governo Federal. Sua pregação não é nova, mas ressurgiu mais recentemente pela boca do Governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, que, depois de audiência com o Presidente José Sarney, argumentou que o sistema de governo deveria ser levado a julgamento público. Uma sugestão que promete ganhar o endosso dos Governadores do Sul, Sudeste e Centro Oeste que se reúnem amanhã em Santa Catarina.

A propósito, disse o Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli:

— Com os plebiscitos, os Governadores deterão o processo final em questões como sistema de governo e nova política tributária. Seria um movimento nacional que poderia de rubar os trabalhos da Constituinte.

Outros parlamentares observam que a pregação pode começar pelo julgamento deste ou daquele item mas vai acabar alcançando o texto

como um todo, de acordo com o que deseja o Presidente José Sarney. Dentro dessa perspectiva, seria manobra tática alguém dizer que deseja colocar em julgamento um determinado ponto, quando procura derrubar outro completamente diferente. Seria o caso, por exemplo, de fazer-se carga contra o aborto, quando se visa a reforma agrária.

Alguns constituintes lembram que os Governadores já mostraram duas coisas. A primeira é que possuem força como linha auxiliar do poder central. Exemplo disso foi o caso do então Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, desgastado no Palácio do Planalto mas ainda forte dentro do PMDB de Ulysses Guimarães, até o dia em que foi dar um giro pelo mundo financeiro internacional e os Governadores de São Paulo, Rio e Minas, Orestes Quéricia, Moreira Franco e Newton Cardoso, pediram a sua cabeça. Funaro foi substituído por Bresser Pereira. A segunda coisa é que os Governadores possuem pouca força junto às suas respectivas bancadas, como ficou evidenciado na Convenção Nacional que o PMDB realizou em julho.

Não obstante, ameaçar os constituintes de colocar seu trabalho em julgamento público poderá se revelar uma forma de pressão eficiente. Mais uma na verdadeira panela de pressão em que se transformou a Assembléia Nacional Constituinte.

## Líderes acham que plebiscito pode sair caro

BRASÍLIA — O tiro pode sair pela culatra. Esta é a opinião de alguns líderes partidários sobre a proposta do Governador do Rio, Moreira Franco, de plebiscito sobre o sistema de governo para que prevaleça o presidencialismo, como deseja o Presidente José Sarney. Para esses líderes, se houver o plebiscito, outro tema, este não desejado pelo Palácio do Planalto, certamente será submetido à apreciação popular: a duração do mandato de Sarney. O resultado, ao contrário da primeira consulta, pode não ser o mais agradável.

— Acho que a proposta não foi bem pensada — comentou o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), que só aceita a consulta popular se for sobre o texto global da nova Constituição.

O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), que também só concorda com o referendo popular sobre o texto global, desde já avisa: se a sugestão for aceita, apresentará emenda para que a consulta seja aberta a outras questões, como o mandato presidencial.

— Aí o resultado será diferente do que eles querem, tenho certeza.

O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), vai mais longe: não aceita qualquer consulta popular.

— O mandato que o povo me conferiu foi para fazer tudo — disse.

Em sua opinião, Moreira Franco não analisou suficientemente a proposta de plebiscito e a fez "para brilhar na ribalta".

A idéia de plebiscito não agrada também ao Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Para ele, ou se colocam outros temas também polêmicos — entre eles o mandato — e outras questões que sejam aprovadas com pequena margem de votos na consulta popular ou então não há sentido. Ele não quis adiantar seu ponto de vista, mas, pelas conversas que vem tendo com parlamentares, não deverá acolher em seu novo substitutivo qualquer proposta de referendo popular, o que não prejudica a tese: seus defensores podem pedir destaque para votação da emenda em separado.

Para o Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), os temas que forem aprovados com estreita margem de votos na Constituinte devem ser submetidos a referendo popular. Ele prevê que isso vai acontecer com cerca de 25 por cento do texto.

## Mafuz lembra que em nenhuma Constituição há restrição à propaganda

PORTO ALEGRE — O Presidente da MPM Propaganda, Antônio Mafuz, afirmou ontem que não há país no mundo em que existam restrições à publicidade de determinados produtos registrados na Constituição. Ele criticou a tentativa da Constituinte de proibir a propaganda de cigarros, bebidas, medicamentos e agrotóxicos e disse que todas as entidades ligadas ao setor de comunicação estão atentas e tentando derrotar este artigo e remetê-lo à legislação ordinária.

— Se existe liberdade de produzir, não se pode impedir que o produtor coloque seu produto à venda — afirmou, em almoço com empresários na Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul.

Para Mafuz, o Conselho Nacional de Auto-Regula-

mentação Publicitária (Conar) é o órgão competente para tratar do assunto e até concordar com as restrições, desde que feitas por leis ordinárias.

O Presidente da MPM Propaganda considerou exagerado o projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização da Constituinte. E lembrou, com ironia, que os mandamentos de Deus são apenas dez.

— E ali não está dito tudo de que precisamos — brincou.

Citou também a Constituição espanhola, com 160 artigos, e manifestou sua confiança em que os constituintes ainda conseguirão produzir um "texto enxuto e sintético", evitando a inclusão de assuntos mais ligados à legislação ordinária do que à Constituição.